

# **IBERSOL – S.G.P.S., S.A.**

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso 105/159-9º andar - Porto

Contribuinte N° 501.669.477

Matriculada na Cons. Reg. Com. Porto sob o N° 51.117

Capital Social: 20.000.000 Euros

## **Relatório e Contas**

### **Consolidados**

### **1º Semestre 2005**

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1- Envolvente Económica

A evolução da economia europeia, a alteração estrutural das condições de concorrência internacional, a evolução dos preços do petróleo e um défice público insustentável constituem factores que influenciam negativamente a evolução da economia portuguesa.

Contudo, apesar da evolução decepcionante da actividade económica, em desaceleração desde o final de 2004, o Banco de Portugal sustentado por expectativas de um melhor desempenho do segundo semestre mantém a previsão de um crescimento anual do PIB de 0,5%.

O efeito da excessiva expansão do consumo em anos anteriores, assente num endividamento crescente conduziu à inevitável desaceleração da procura interna, agravada pelo aumento do desemprego e por um ambiente recessivo que altera o comportamento dos consumidores.

Na Europa, após a retoma na segunda metade do ano passado, o crescimento voltou a fraquejar este ano. A situação europeia não é inteiramente favorável a uma retoma significativa da economia portuguesa.

As condições financeiras continuam favoráveis, com liquidez abundante e reduzidos prémios de risco, mantendo-se as taxas de juro em níveis historicamente baixos.

### 2 - Actividade

As vendas consolidadas do conjunto de negócios de restauração do Grupo, incluindo Espanha, situaram-se ligeiramente acima do 1º semestre de 2004, ascendendo a **62,6** milhões de euros com a seguinte contribuição por insígnia:

	<u>milhões €</u>	<u>var 05/04</u>
Pizza Hut	25.3	-3.5%
Pans/Bocatta	8.4	4.0%
Pizza Móvil (lojas próprias)	6.5	3.0%
Pasta Caffé (Portugal)	3.9	4.1%
Pasta Caffé (Espanha)	0.9	30.0%
KFC	4.0	2.3%
Okilo	3.6	6.2%
Burger King	3.5	16.3%
Café Só	1.7	-8.9%
Quiosques Café	1.3	16.4%
Selfs	0.7	-29.0%
Pap' Aki	0.3	6.7%
Cantina Mariachi (loja própria)	0.2	-10.0%
Arroz Maria	0.3	
Outros em Multimarca	2.1	3.0%
<b>Total Vendas Restauração</b>	<b>62.6</b>	<b>1.1%</b>

O volume de vendas foi significativamente afectado pela crise do consumo em Portugal e pelo encerramento de quatro unidades em Fevereiro (duas Pizza Hut e dois Selfs Iber).

Acresce ainda que no 1º semestre do ano passado tivemos o contributo positivo do Euro2004 em Junho, que prejudica a variação das vendas quando cotejadas com as do ano anterior.

A situação económica em Portugal teve reflexos nas vendas dos conceitos de *ticket* mais elevado, nomeadamente Pizza Hut, Pasta Caffé e O´kilo. Em compensação a Burger King continuou a apresentar um bom desempenho conquistando de forma gradual e consistente quota de mercado.

Em Espanha, com uma conjuntura mais favorável, o volume de vendas em lojas próprias apresentou um crescimento de 5.7%. Já em Portugal o crescimento das vendas foi mais moderado e situou-se em 1%.

Para o volume de negócios consolidados, que ascenderam a 65,4 milhões de euros, contribuíram ainda as vendas de mercadorias e os proveitos decorrentes da prestação de serviços às unidades franquizadas que, em conjunto, atingiram o montante de 2,8 milhões de euros, valor semelhante ao do 1º semestre de 2004.

O crescimento do volume de negócios consolidados face ao primeiro semestre de 2004 foi de 1%.

Após uma expansão mais moderada durante o ano de 2004, de acordo com o previsto, o ritmo de expansão voltou a recuperar para os níveis dos anos anteriores e ao longo do semestre foram inauguradas dezassete unidades próprias (Pizza Hut 3, Pans 2, Pasta Caffé 2, KFC 2, Burger King 2, Okilo 2, uma Cantina Mariachie 3 quiosques de café ) e foram encerradas 2 Pizza Hut, 2 Selfs, uma Pans, uma KFC e uma cafetaria, o que perfaz um aumento líquido de 10 novos restaurantes.

As unidades Pizza Hut encerradas - Seixal e Matosinhos - serão reabertas em novos espaços comerciais no próximo ano.

O Grupo, no termo do semestre, operava em Portugal em 245 unidades próprias e 8 franquizadas. Em Espanha, operava com 41 unidades próprias - cinco Pasta Caffé e 36 unidades da cadeia Pizza Móvil- e com 27 contratos de franquia.

A margem bruta consolidada foi de 77,5% das vendas e a margem EBITDA de 8,8 milhões de euros, representando 13,5% do volume de negócios, o que em termos homólogos corresponde a uma redução de 4%.

Para esta redução da margem EBITDA contribuíram os seguintes factores:

- menor actividade no mesmo universo de lojas na generalidade dos conceitos, por efeito de menor procura, com a conseqüente dificuldade de ajustamento de custos;

- abertura de novos Centros Comerciais com zonas de influência em sobreposição com a de outros já existentes, com forte "canibalização" das vendas e consequente redução da rentabilidade;

- aposta nos Recursos Humanos no sentido de baixar a rotação e de manutenção de brigadas por forma a permitir abordar o período de Verão com equipas mais estáveis e mais bem preparadas.

- custos de encerramento que ascenderam a cerca de 300 mil euros e perda do contributo positivo das unidades do Seixal e da Pizza Hut de Matosinhos.

O resultado operacional situou-se em 5,2 milhões de euros, representando 8% do volume de negócios.

O resultado financeiro foi negativo em 456 mil euros, tendo o resultado antes de impostos ultrapassado ligeiramente o montante de 4 milhões de euros, valor idêntico ao verificado no 1º semestre de 2004.

O resultado líquido, com interesses minoritários, ascendeu a 3.383.840 euros e foi superior ao do período homólogo em cerca de 2%.

O resultado líquido consolidado do Grupo (após interesses minoritários) ascende a 3.235.100 euros, que representa um crescimento de 4% face ao período homólogo.

### **3 - Situação Financeira**

No final do semestre, o Activo total situava-se em 114 milhões de euros e o Capital Próprio em 45 milhões de euros.

Por seu turno, o endividamento líquido remunerado foi reduzido e ascendia a 23,9 milhões de euros no final do semestre.

O investimento técnico no semestre ascendeu a 6,5 milhões de euros.

O grupo após haver adquirido 20% do capital da Vidisco por 2,5 milhões de euros passou a deter a totalidade das participações sociais daquela sociedade.

No final do semestre, a autonomia financeira era de 39% sendo o rácio de cobertura dos encargos financeiros de 14.

Durante o 1º semestre, o Grupo reembolsou a prestação semestral do empréstimo de MLP contraído em 2003 no montante de 2 milhões de euros e pagou dividendos de 1,02 milhões de euros.

A contribuição para uma maior liquidez no mercado bolsista levou a que no 1º semestre a Ibersol SGPS tenha no início do ano alienado 10.000 acções próprias e posteriormente adquirido 7.417 acções próprias pelos montantes de 51.500 euros e 39.207 euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2005, a sociedade detinha 1.372.131 acções próprias, com valor nominal de 1€ cada, adquiridas por 5.231.968 euros.

#### **4 - Perspectivas**

Creemos que ao longo do segundo semestre se manterão as mesmas condições em que vimos operando, pelo que o volume de negócios deverá evoluir de forma idêntica à que se registou na primeira parte do ano, ressalvados os tradicionais efeitos de sazonalidade, que habitualmente beneficia o desempenho do segundo semestre.

Durante o terceiro trimestre foi negociado um acordo com a AENOR/LUSOS CUT para a sub-concessão da restauração de todas as áreas de serviço nas novas auto-estradas do Norte, que engloba a construção e exploração de 30 unidades de restauração em 15 áreas de serviço. Porém, a formalização do acordo aguarda a autorização do Concedente que esperamos venha a ocorrer no próximo mês. O início de exploração está previsto que ocorra de forma faseada ao longo do próximo ano.

Porto, 26 de Setembro de 2005

#### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
**António Alberto Guerra Leal Teixeira**

\_\_\_\_\_  
**António Carlos Vaz Pinto de Sousa**

\_\_\_\_\_  
**Juan Carlos Vázquez-Dodero**

**Ibersol S.G.P.S., S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**30 de Junho de 2005**

## Índice às Demonstrações Financeiras Consolidadas

<b>Nota</b>	<b>Página</b>	<b>Nota</b>	<b>Página</b>
Balanço Consolidado	3	<b>5</b> Activos Fixos Tangíveis	21
Demonstração Consolidada dos Resultados	4	<b>6</b> Activos Intangíveis	22
Demonstração das alterações no capital próprio consolidado	5	<b>7</b> Activos financeiros disponíveis para venda	23
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	6	<b>8</b> Outros activos não correntes	23
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	7	<b>9</b> Outros activos correntes	24
<b>1</b> Informação Geral	7	<b>10</b> Impostos Diferidos	24
<b>2</b> Resumo das principais políticas contabilísticas:		<b>11</b> Provisões para riscos e encargos	25
2.1 Base de preparação	7	<b>12</b> Caixa e equivalentes de caixa	25
2.2 Consolidação	8	<b>13</b> Capital Social	25
2.3 Relato por segmentos	8	<b>14</b> Interesses minoritários	26
2.4 Conversão cambial	9	<b>15</b> Empréstimos	26
2.5 Activos Fixos Tangíveis	10	<b>16</b> Outros passivos não correntes	27
2.6 Activos Intangíveis	11	<b>17</b> Outros passivos correntes	27
2.7 Imparidade de activos	12	<b>18</b> Imposto sobre o rendimento	28
2.8 Investimentos Financeiros	13	<b>19</b> Resultado por acção	28
2.9 Existências	15	<b>20</b> Contingências	29
2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores	15	<b>21</b> Dividendos	29
2.11 Caixa e equivalentes de caixa	15	<b>22</b> Informação por segmentos	29
2.12 Capital social	15	<b>23</b> Eventos subsequentes	30
2.13 Empréstimos Obtidos	16	<b>24</b> Aprovação das demonstrações financeiras	30
2.14 Impostos Diferidos	16	<b>25</b> Primeira aplicação dos IFRS	31
2.15 Provisões	16		
2.16 Reconhecimento do Rédito	17		
2.17 Locações	18		
2.18 Distribuição de dividendos	18		
2.19 Transição	18		
<b>3</b> Informações relativas às empresas incluídas na consolidação	20		
<b>4</b> Factos não usuais e não recorrentes e sazonalidade	21		

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2005**  
(valores em euros)

<b>ACTIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>IFRS</b>		<b>POC</b>
		<b>30-06-2005</b>	<b>31-12-2004</b>	<b>31-12-2004</b>
<b>Não corrente</b>				
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 5	71,960,009	68,688,184	71,969,057
Goodwill	2.6 e 6	13,409,618	11,368,996	11,962,968
Activos Intangíveis	2.6 e 6	4,739,494	5,099,056	5,991,327
Impostos diferidos activos	10	3,026,976	3,571,494	3,571,494
Activos financeiros disponíveis para venda	2.8 e 7	2,187,735	1,590,723	1,590,723
Outros activos não correntes	8	208,498	223,579	223,579
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>95,532,330</b>	<b>90,542,032</b>	<b>95,309,148</b>
<b>Corrente</b>				
Existências	2.9	2,668,999	2,657,738	2,657,738
Caixa e equivalentes de caixa	12	4,135,877	5,801,571	5,801,571
Outros activos correntes	9	11,948,926	11,853,517	11,853,517
<b>Total de activos correntes</b>		<b>18,753,802</b>	<b>20,312,826</b>	<b>20,312,826</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>114,286,132</b>	<b>110,854,858</b>	<b>115,621,974</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>				
Capital Social	13	20,000,000	20,000,000	20,000,000
Acções próprias	13	-5,231,968	-5,254,329	-5,254,329
Diferenças de consolidação		134,100	134,100	134,100
Reservas e resultados transitados		25,211,655	18,067,011	22,303,470
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas		<u>3,235,100</u>	<u>8,334,045</u>	<u>7,506,861</u>
		<b>43,348,887</b>	<b>41,280,827</b>	<b>44,690,102</b>
Interesses minoritários	14	1,334,302	1,591,339	1,801,511
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>44,683,189</b>	<b>42,872,166</b>	<b>46,491,613</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos	15 e 12	12,569,549	15,233,279	15,233,279
Impostos diferidos passivos	10	5,630,834	5,069,561	6,217,229
Provisões para outros riscos e encargos	11	15,393	15,393	15,393
Outros passivos não correntes	16	4,189,053	3,593,379	3,593,379
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>22,404,829</b>	<b>23,911,612</b>	<b>25,059,280</b>
<b>Corrente</b>				
Empréstimos	15 e 12	10,396,084	10,715,587	10,715,587
Outros passivos correntes	17	36,802,031	33,355,493	33,355,493
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>47,198,115</b>	<b>44,071,080</b>	<b>44,071,080</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>69,602,944</b>	<b>67,982,692</b>	<b>69,130,360</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>114,286,133</b>	<b>110,854,858</b>	<b>115,621,973</b>

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO POR NATUREZAS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2005**  
**(valores em euros)**

	Notas	IFRS		POC
		30-06-2005	30-06-2004	30-06-2004
<b>Proveitos operacionais</b>				
Vendas	22	64,754,686	64,228,490	64,228,917
Prestações de serviços		605,338	526,465	529,004
Outros proveitos operacionais		1,913,933	1,499,964	1,165,641
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>67,273,957</b>	<b>66,254,919</b>	<b>65,923,562</b>
<b>Custos Operacionais</b>				
Custo das vendas		14,541,614	15,500,818	15,493,425
Fornecimentos e serviços externos		22,214,851	21,523,225	21,502,059
Custos com o pessoal		21,187,088	19,686,957	19,686,022
Amortizações e depreciações	5 e 6	3,536,039	3,822,083	4,441,116
Provisões e perdas por imparidade		79,699	-	-
Outros custos operacionais		529,628	345,883	251,990
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>62,088,919</b>	<b>60,878,965</b>	<b>61,374,612</b>
<b>Resultados Operacionais</b>		<b>5,185,038</b>	<b>5,375,954</b>	<b>4,548,950</b>
Gastos Financeiros líquidos		-455,744	-533,427	-527,296
Resultados Extraordinários		-	-	-52,699
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4,729,294</b>	<b>4,842,527</b>	<b>3,968,955</b>
Imposto sobre o rendimento	18	1,345,454	1,529,868	1,428,105
<b>Resultado depois de impostos</b>		<b>3,383,840</b>	<b>3,312,659</b>	<b>2,540,850</b>
Resultados de operações em descontinuação após impostos		-	-	-
<b>Resultado consolidado do semestre</b>		<b>3,383,840</b>	<b>3,312,659</b>	<b>2,540,850</b>
<b>Atribuível a:</b>				
Accionistas		3,235,100	3,116,837	2,362,916
Interesses minoritários	14	148,740	195,821	177,934
<b>Resultados por acção</b>	19	<b>0.17</b>	<b>0.16</b>	<b>0.12</b>

O Conselho de Administração,

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio**  
**Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2004 e 2005**  
**(valores em euros)**

Nota	Atribuível a detentores do capital					Interesses Minoritários	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2004</b>	20.000.000	-2.611.139	13.421.585	6.071.962	36.882.408	1.090.328	37.972.736
Aplicação do resultado consolidado de 2003:							
Transferência para reserva legal e resultados transitados			6.071.962	-6.071.962	0		0
Dividendos distribuídos			-1.055.532		-1.055.532		-1.055.532
Aquisição/(alienação) de acções próprias		-49.876			-49.876		-49.876
Variação nas reservas de conversão			-46.880		-46.880		-46.880
Variação nos interesses minoritários			-61.825		-61.825	61.825	0
Efeito das variações por imparidade			86.882		86.882		86.882
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004				3.116.837	3.116.837	195.821	3.312.658
<b>Saldo em 30 de Junho de 2004</b>	<b>20.000.000</b>	<b>-2.661.015</b>	<b>18.416.192</b>	<b>3.116.837</b>	<b>38.872.014</b>	<b>1.347.974</b>	<b>40.219.988</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2005</b>	20.000.000	-5.254.329	18.201.111	8.334.045	41.280.827	1.591.339	42.872.166
Aplicação do resultado consolidado de 2004:							
Transferência para reserva legal e resultados transitados			8.334.045	-8.334.045	0		0
Dividendos distribuídos	21		-1.024.574		-1.024.574		-1.024.574
Aquisição/(alienação) de acções próprias	13	22.361	-10.068		12.293		12.293
Variação nas reservas de conversão			-38.188		-38.188		-38.188
Variação nos interesses minoritários			-38.353		-38.353	38.353	0
Variação na % interesse Vidisco			-78.217		-78.217	-444.130	-522.347
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005				3.235.100	3.235.100	148.740	3.383.840
<b>Saldo em 30 de Junho de 2005</b>	<b>20.000.000</b>	<b>-5.231.968</b>	<b>25.345.755</b>	<b>3.235.100</b>	<b>43.348.887</b>	<b>1.334.302</b>	<b>44.683.190</b>

O Conselho de Administração,

**IBERSOL S.G.P.S., S.A.**  
**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**  
**Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2004 e 2005**  
 (valores em euros)

	Nota	Exercício findo em 30 de Junho	
		2005	2004
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>			
Fluxos das actividades operacionais (1)		<b>10.510.706</b>	<b>10.237.136</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2.988	94
Activos tangíveis		954.843	85.302
Activos intangíveis			606
Juros recebidos		131.858	135.868
Dividendos recebidos			
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		2.709.611	52.057
Activos tangíveis		3.849.649	6.209.349
Activos intangíveis		333.399	366.919
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		<b>(5.802.970)</b>	<b>(6.406.455)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Contratos de locação financeira			
Venda de acções próprias		51.500	
Outros			
Pagamentos respeitantes a:			
Amortizações de contratos locação financeiras		1.093.678	820.644
Juros e custos similares		751.971	704.457
Dividendos pagos		1.024.574	1.055.532
Aquisição de acções próprias		39.207	49.876
Outros			49.876
Empréstimos obtidos		3.175.308	2.629.954
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<b>(6.033.238)</b>	<b>(5.310.339)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(1.325.502)</b>	<b>(1.479.658)</b>
Efeito das diferenças de cambio		117	144
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		24.299	773.744
Efeito de variações do perímetro			
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	16	<b>-1.301.320</b>	<b>-706.058</b>

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), com sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 319 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Cantina Mariachi, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Pap’ aki, Bocatta, Café Sô, Iber, Pizza Móvil e Arroz Maria. O Grupo possui 286 unidades de exploração própria e 33 em regime de franquia. Deste universo, 68 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 41 estabelecimentos próprios e 27 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 25, na qual se explicitam

igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

## 2.2 Consolidação

### **(a) Subsidiárias**

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 3.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição, mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração de Resultados (ver Nota 2.6).

As transacções internas, saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas de subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

## 2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## 2.4 Conversão cambial

### **(a) Moeda Funcional e de Apresentação**

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“A moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

### **(b) Transacções e Saldos**

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data do balanço dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos detidos ao justo valor através de resultados, são reportadas como parte dos ganhos ou perdas do justo valor. As diferenças de conversão em elementos não monetários, tais como investimentos classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor nos capitais próprios.

### **(c) Empresas do Grupo**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tendo divisas de uma economia hiper-inflacionária) que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidas para a moeda de apresentação como segue:

(i) Os activos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

(ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa média de câmbio (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções); e

(iii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio resultantes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras, de empréstimos e de outros instrumentos financeiros designados como cobertura de tais investimentos, são levadas aos capitais próprios. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na Demonstração de Resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O goodwill e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como activos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

## 2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem essencialmente as despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente decorrentes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método da linha recta, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos

- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores residuais dos activos e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data do balanço.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.7).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em outras reservas é transferido para lucros retidos.

## 2.6 Activos Intangíveis

### **a) Goodwill**

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. O goodwill de aquisições de subsidiárias é incluído nos activos intangíveis. O goodwill de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas. O goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

O goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento do Grupo em cada um dos países em que opera por segmento de reporte primário (Nota 2.7).

### **b) Pesquisa e desenvolvimento**

Os dispêndios com pesquisa são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos em produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto será um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Outros dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gasto quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gasto não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto numa base de linha recta pelo período do seu benefício esperado, não excedendo cinco anos.

### c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

### d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita, associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

<b>Direitos Territoriais</b>	<b>Nº anos</b>
Pans & Company	10
Burquer King	20

  

<b>Direitos de Concessão</b>	<b>Nº anos</b>
Área Serviços da Lusoponte	33
Marina Expo	28
Área Serviço Repsol 2ª Circular	28
Área Serviço do Fogueteiro	16
Marina de Portimão	60
Área de serviço A8 Torres Vedras	20
Área Serviço Aeroporto	20
Pizza Hut Setúbal	14
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20
Área de Serviço A5 Oeiras	12
Área Serviço Modivas	28

## 2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto a imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos.

## 2.8 Investimentos Financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. Os gestores determinam a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

### **a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de balanço.

### **b) Empréstimos concedidos e contas a receber**

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Eles são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a conta a receber. São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades

superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não-correntes. Empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Contas a receber de clientes e outros devedores (Nota 2.10).

#### **c) Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas que os gestores do Grupo têm intenção e capacidade para os manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não-correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data do balanço, os quais são classificados como activos correntes.

#### **d) Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data do balanço.

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados. Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequenteemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração de resultados do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração de resultados como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

O Grupo verifica em cada data de balanço se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração de resultados.

## 2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

## 2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido da provisão para imparidade. A provisão para imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor da provisão é reconhecido na demonstração de resultados.

## 2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

## 2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remíveis são classificadas no passivo (Nota 2.13).

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos. Custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções ou à aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do preço de compra.

Quando alguma empresa do Grupo adquiere acções da empresa-mãe (acções próprias), o pagamento que inclui os custos incrementais, directamente atribuíveis, (líquidos de impostos) é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

## 2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus

valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando o Grupo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

## 2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados; seja provável que um exfluxo de recursos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

## 2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

### **a) Venda de bens – retalho**

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela

transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são efectuadas mediante a negociação de prazos de recebimento definidos pela Administração.

**b) Prestação de serviços**

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

**c) Juros**

A receita de juros é reconhecida numa base de proporcionalidade de tempo que tome em consideração o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

**d) Royalties**

A receita com royalties é reconhecida segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

**e) Dividendos**

A receita com os dividendos é reconhecida quando se estabelece o direito dos accionistas receberem os dividendos.

## 2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método da linha recta, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em Outros passivos a longo prazo, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. As imobilizações corpóreas adquiridas através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

## 2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

## 2.19 Transição

As contas de 2004 foram corrigidas de acordo com a IFRS -1 “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”. As opções tomadas foram as seguintes:

### **Isonções facultativas na informação retrospectiva**

A- Concentração de actividades empresariais e perímetro de consolidação

O Grupo optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 3. A quantia escriturada de goodwill, no balanço de abertura de acordo com as IFRS's, corresponde à quantia escriturada segundo os PCGA anteriores à data da transição, deduzida do montante relativo aos ajustamentos de perdas por imparidade, de acordo com a IAS 36.

B- Justos valores como custo

De acordo com os PCGA anteriores, os activos fixos tangíveis encontravam-se valorizados ao custo histórico, tendo sofrido uma reavaliação, baseada em critérios fiscais, em 1992.

C- Planos de benefícios de reforma

Não aplicável.

D- Diferenças cambiais acumuladas (reservas de conversão cambial)

São apresentadas em reservas livres.

E- Instrumentos financeiros compostos

Não aplicável.

F- Activos e passivos de subsidiárias e joint ventures

Não aplicável.

G- Designação de instrumentos financeiros reconhecidos

Não aplicável.

### **Exceções à aplicação retrospectiva de outras IFRS**

A- Desreconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros

Não aplicável

B- Contabilização de cobertura

Não aplicável

C- Estimativas

As estimativas reconhecidas segundo os anteriores PCGA não foram alteradas dado que não estavam erradas.

A adopção de IFRS 3 e IAS 36 (revistos em 2004) resultou numa alteração da política contabilística para o Goodwill. Até 31 de Dezembro de 2003, o Goodwill era:

- amortizado linearmente durante um período de 5 a 20 anos; e
- avaliado a cada data de balanço para as indicações de imparidade.

De acordo com as disposições da IFRS 3:

- o Grupo terminou a amortização do Goodwill a partir de 1 de Janeiro de 2004;
- as amortizações acumuladas a 1 de Janeiro de 2004 foram eliminadas.

Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2004 em diante, a imparidade do Goodwill é testada anualmente.

Na sequência da adopção da IAS 38 (também revista em 2004) referente aos Activos Intangíveis, o Grupo reapreciou a vida útil dos seus bens intangíveis. Não resultaram ajustamentos desta reapreciação.

### **3. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e outras**

**3.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2005 e 2004 são as seguintes:**

Firma	Sede	% Participação	
		2005	2004
<b><u>Empresa mãe</u></b>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<b><u>Empresas filiais</u></b>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80,00%	80,00%
Santo Amaro Café, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	Funchal	100,00%	100,00%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Iber' Aki Restauração, S.A.	Porto	85,00%	85,00%
Restmon Portugal, Lda	Lisboa	60,00%	60,00%
Vidisco, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	80,33%
Pasta Caffè. S.L.U.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Inverpeninsular, S.L.	Pontevedra - Espanha	100,00%	100,00%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ferro e Ferro, Lda.	Setúbal	100,00%	100,00%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100,00%	100,00%
Ibersol Restaurants Internacional, Ltd.	Bristol - UK	100,00%	100,00%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100,00%	100,00%
<b><u>Outras filiais</u></b>			
a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100,00%	100,00%
b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo	100,00%	100,00%

a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 que funcionou no decorrer do 1º semestre do ano como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

### **3.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação**

#### **3.2.1. Aquisições**

No primeiro semestre do exercício de 2005 não houve lugar a aquisição de subsidiárias.

### 3.2.2. Alienações

No primeiro semestre do exercício 2005 não ocorreram alienações de subsidiárias.

### 4. Factos não usuais e não recorrentes e sazonalidade

Nos primeiros seis meses do exercício de 2005 não se registaram quaisquer factos não usuais.

A sazonalidade do Negócio de restauração é caracterizada por picos de vendas nos meses de Julho, Agosto e Dezembro o que conduz a que o 2º semestre apresente maior actividade que o 1º semestre. No período que compreende os seis primeiros meses do ano, as vendas são cerca de 45% do volume anual e, por efeito da diluição dos custos fixos com o aumento da actividade, o resultado operacional representa cerca de 30%.

### 5. Activos fixos tangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ferramentas e utensilios	Outras Imob. corporeas	Imobilizado em curso	Total
<b>30 de Junho de 2005</b>						
Valor líquido inicial	47,027,819	18,501,079	428,468	1,678,684	1,052,134	68,688,184
Adições	3,579,745	2,254,923	114,139	262,486	313,394	6,524,687
Diminuições	221,337	135,560	905	8,594	54,868	421,264
Transferências	449,090	250		910	-450,250	0
Depreciação exercício	668,282	1,717,402	117,014	328,900	-	2,831,598
Imparidade Exercício	-	-	-	-	-	0
<b>Valor líquido final</b>	<b>50,167,035</b>	<b>18,903,290</b>	<b>424,688</b>	<b>1,604,586</b>	<b>860,410</b>	<b>71,960,009</b>
<b>30 de Junho de 2005</b>						
Custo	59,274,462	39,074,764	2,952,692	5,334,882	860,410	107,497,210
Depreciação acumulada	7,097,066	19,457,671	2,508,258	3,688,747	-	32,751,742
Imparidade Acumulada	2,010,361	713,803	19,746	41,549	-	2,785,459

Edifícios e Outras Construções no valor de 954.232 € (953.541 em 2004) estão dados em garantia de empréstimos bancários (Nota 15).

### 6. Activos Intangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Trespases	Marcas e licenças	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Imobilizado em curso	Total
<b>30 de Junho de 2005</b>							
Valor líquido inicial	11,368,990	891,912	1,740,813	113,142	2,287,883	65,311	16,468,051
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	0
Adições	2,063,710	-	260,606	-	59,328	29,928	2,413,572
Diminuições	-	-	-	-	-	4,988	4,988
Encargo com Imparidade	23,082	-	-	-	-	-	23,082
Amortização do exercício	-	20,145	535,457	36,470	112,369	-	704,441
<b>Valor líquido final</b>	<b>13,409,618</b>	<b>871,767</b>	<b>1,465,962</b>	<b>76,672</b>	<b>2,234,842</b>	<b>90,251</b>	<b>18,149,112</b>
<b>30 de Junho de 2005</b>							
Custo	17,163,105	1,377,758	20,475,097	521,932	4,392,764	90,251	44,020,907
Imparidade acumulada	4,086,656	15,159	8,256,653	-	-4,211	-	12,354,257
Amortização acumulada	-333,169	490,832	10,752,482	445,260	2,162,133	-	13,517,538
<b>Valor líquido</b>	<b>13,409,618</b>	<b>871,767</b>	<b>1,465,962</b>	<b>76,672</b>	<b>2,234,842</b>	<b>90,251</b>	<b>18,149,112</b>

### **Testes de imparidade do goodwill**

O goodwill é distribuído pelas unidades geradoras de fluxos (CGUs) do Grupo identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

Apresenta-se abaixo um resumo do goodwill distribuído por segmento:

	<u>Jun-05</u>	<u>Dez-04</u>
Portugal	4,276,872	4,299,960
Espanha	<u>9,132,746</u>	<u>7,069,036</u>
	<b><u>13,409,618</u></b>	<b><u>11,368,996</u></b>

O goodwill em Espanha refere-se à participação de 100% no capital da Vidisco. O aumento, em 2005, no montante de 2.063.710 euros, foi gerado na aquisição de cerca de 20% do capital efectuada no primeiro semestre.

O valor recuperável de uma CGU é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

As previsões têm vindo a ser utilizadas para a análise de cada CGU do segmento de negócio. Os gestores determinam a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

## **7. Activos financeiros disponíveis para venda**

	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Adiantamentos por conta Investimentos Financeiros (1)	3,790,712	3,190,712
Outros activos financeiros	267,023	270,011
	<b><u>4,057,735</u></b>	<b><u>3,460,723</u></b>
Perdas de imparidade acumuladas (1)	<u>1,870,000</u>	<u>1,870,000</u>
	<b><u>2,187,735</u></b>	<b><u>1,590,723</u></b>

(1) Inclui um valor adiantado no montante de 3.018.628 euros, para aquisição de uma sociedade que explora um conjunto de restaurantes em Espanha, cuja negociação ainda não foi concluída e que entretanto registou uma perda de valor de 1.870.000 euros.

## 8. Outros Activos não correntes

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

### OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Clientes e outros devedores	<u>208,498</u>	<u>223,579</u>
<b>Outros activos não correntes</b>	<b>208,498</b>	<b>223,579</b>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>208,498</u>	<u>223,579</u>

## 9. Outros activos correntes

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

### OUTROS ACTIVOS CORRENTES

	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Clientes	2,738,705	3,980,328
Estado e outros entes públicos	2,236,079	2,469,660
Outros devedores	4,122,442	3,684,443
Adiantamentos a fornecedores	126,826	22,223
Acréscimos de proveitos	992,208	909,795
Custos diferidos	<u>2,282,125</u>	<u>1,379,910</u>
<b>Outros activos correntes</b>	<b>12,498,385</b>	<b>12,446,359</b>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>549,459</u>	<u>549,459</u>
	<b><u>11,948,926</u></b>	<b><u>11,896,900</u></b>

## 10. Impostos diferidos

### 10.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<b>Impostos diferidos passivos</b>	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Homogeneização de amortizações	6,575,979	6,217,229
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-781,121	-929,022
Anulação de immobilizações incorpóreas	-164,024	-218,646
	<b>5,630,834</b>	<b>5,069,561</b>

### 10.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<b>Impostos diferidos activos</b>	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Prejuízos fiscais reportáveis	3,026,976	3,571,494
	<b>3,026,976</b>	<b>3,571,494</b>

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 119.483 (2004: 165.911) referentes a prejuízos fiscais de 435.285 (2004: 611.556) que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

## 11. Provisões para riscos e encargos

As provisões para riscos e encargos no montante de 15.393 euros não sofreram alterações no período e destinam-se à cobertura de riscos com processos judiciais.

## 12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Junho 05</u>	<u>Dezembro 04</u>
Numerário	275.222	234.750
Depósitos bancários	2.071.996	2.842.159
Aplicações de tesouraria	<u>1.788.659</u>	<u>2.724.662</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	4.135.877	5.801.571
Descobertos bancários	5.437.197	5.777.272
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>-1.301.320</u>	<u>24.299</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

### **13. Capital Social**

Em 30 de Junho de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro e está totalmente subscrito e realizado.

A empresa adquiriu 7.417 acções próprias através da compra na bolsa de valores de Lisboa nos primeiros seis meses de 2005. O montante pago para aquisição das acções, líquido de impostos, foi de 39.306,60 € e foi deduzido ao capital próprio. As acções são detidas como acções próprias. A empresa tem o direito de revender estas acções numa data posterior. Todas as acções emitidas pela empresa estão totalmente realizadas.

Em 20 de Janeiro de 2005, a empresa procedeu à venda de 10.000 acções próprias na bolsa de valores de Lisboa pelo montante de 51.409,87 euros, líquido de impostos.

No final do período a sociedade detinha 1.372.131 acções próprias pelo valor de aquisição de 5.231.968 euros.

### **14. Interesses minoritários**

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 30 de Junho de 2005 foram os seguintes:

	<b>Junho 05</b>
<b>Saldo inicial em 1 de Janeiro</b>	1.591.339
Aumento de participações em filiais	-444.130
Variações de capitais próprios das empresas filiais	38.353
Variação resultante da conversão cambial	-
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	<u>148.740</u>
<b>Saldo final em 30 de Junho</b>	<u><u>1.334.302</u></u>

## 15. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

<b>Não corrente</b>	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Empréstimos bancários	12.569.549	15.233.279
	<u><b>12.569.549</b></u>	<u><b>15.233.279</b></u>
<b>Corrente</b>	<b>Junho 05</b>	<b>Dezembro 04</b>
Descobertos bancários (Nota 12)	5.437.197	5.777.272
Empréstimos bancários	4.958.887	4.938.315
Obrigações e outros empréstimos	-	-
	<u><b>10.396.084</b></u>	<u><b>10.715.587</b></u>
<b>Total empréstimos</b>	<u><b>22.965.633</b></u>	<u><b>25.948.866</b></u>

Os empréstimos incluem passivos com garantias (empréstimos bancários) no valor de 253.587€ (2004: 316.951). Os empréstimos bancários têm como garantia os edifícios do Grupo (Nota 5).

A maturidades dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
entre 1 e 2 anos	10.072.468	10.242.159
entre 2 e 5 anos	2.479.425	4.955.808
> 5 anos	<u>17.656</u>	<u>35.312</u>
	<u><b>12.569.549</b></u>	<u><b>15.233.279</b></u>

## 16. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>30-06-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Fornecedores de imobilizado financeiro	1,027,104	-
Fornecedores locação financeira	2,734,882	2,599,221
Outros credores	427,067	994,158
	<u>4,189,053</u>	<u>3,593,379</u>

#### 17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>30-06-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Fornecedores c/c	15.572.295	15.361.410
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	806.786	1.514.876
Fornecedores de imobilizado c/c	5.099.996	3.607.828
Outros credores	703.628	648.688
Estado e outros entes públicos	2.156.915	3.481.058
Acréscimos de custos	6.891.610	6.727.633
Proveitos diferidos	5.570.801	2.014.000
	<u>36.802.031</u>	<u>33.355.493</u>

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>Jun-05</u>	<u>Dez-04</u>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	2,367,621	1,869,087
Mais de 1 ano e até 5 anos	2,734,882	2,599,221
Valor presente das dívidas de contratos de locações financeiras	<u>5,102,503</u>	<u>4,468,308</u>

O total das rendas vincendas associadas aos contratos de locação financeira ascendem a 5.398.502 euros, sendo o valor correspondente aos encargos financeiros vincendos de 295.999.

#### 18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	<u>Junho 05</u>	<u>Junho 04</u>
Imposto corrente	239,664	414,906
Imposto diferido	1,105,790	1,114,962
	<u>1,345,454</u>	<u>1,529,868</u>

## 19. Resultado por acção

### ***Básico***

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (nota 13).

	<u>Jun-05</u>	<u>Jun-04</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>3.235.100</u>	<u>3.116.837</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	<u>18.628.619</u>	<u>19.186.333</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,17</u>	<u>0,16</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais o resultado básico é igual ao resultado diluído.

## 20. Contingências

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio. Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 30 de Junho de 2005, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<b>Jun-05</b>	<b>Dez-04</b>
Garantias prestadas	38.268	73.887
Garantias bancárias	1.532.420	1.724.756

Existem ainda na Vidisco hipotecas de garantias a empréstimos cujo saldo à data é de 316.951 euros.

## 21. Dividendos

Na Assembleia Geral Anual de 15 de Abril de 2005 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 (0,055 euros em 2004) euros por acção, os quais foram pagos em 16 de Maio de 2005 correspondendo a um valor total de 1.024.574 euros (1.057.680 euros em 2004).

## 22. Informação por segmentos

### Formato de Relato Principal – segmentos de negócio

O Grupo opera em duas grandes áreas geográficas, apesar de serem geridos à escala nacional.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo considera que a actividade desenvolvida na área de restauração é suficientemente homogénea, pelo que o segmento de negócio a apresentar terá por base a dispersão geográfica da mesma:

- (1) Portugal;
- (2) Espanha.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os resultados por segmento de exercício findo em 30 de Junho de 2004 são:

	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>	<b>Grupo</b>
Restauração	55,045,297	6,909,758	61,955,055
Mercadorias	844,045	1,429,390	2,273,435
Prestação de Serviços	121,772	404,693	526,465
<b>Volume de Negócio por Segmento</b>	<b>56,011,114</b>	<b>8,743,841</b>	<b>64,754,955</b>
Resultado operacional	5,514,835	-138,882	5,375,953
Gastos financeiros líquidos	-514,810	-18,617	-533,427
<b>Lucro antes de imposto sobre o rendimento</b>	<b>5,000,025</b>	<b>-157,499</b>	<b>4,842,526</b>
Imposto sobre o rendimento	1,586,347	-56,479	1,529,868
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>3,413,678</b>	<b>-101,020</b>	<b>3,312,658</b>

Os resultados por segmento do exercício findo em 30 de Junho de 2005 são:

	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>	<b>Grupo</b>
Restauração	55.206.687	7.394.648	62.601.335
Mercadorias	751.600	1.401.751	2.153.351
Prestação de Serviços	148.673	456.665	605.338
<b>Volume de Negócio por Segmento</b>	<b>56.106.960</b>	<b>9.253.064</b>	<b>65.360.024</b>
Resultado operacional	4.549.280	635.758	5.185.038
Gastos financeiros líquidos	-435.949	-19.795	-455.744
Quota-parte do lucro de associadas (Nota 8)	-	-	-
<b>Lucro antes de imposto sobre o rendimento</b>	<b>4.113.331</b>	<b>615.963</b>	<b>4.729.294</b>
Imposto sobre o rendimento	1.262.197	83.257	1.345.454
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2.851.134</b>	<b>532.706</b>	<b>3.383.840</b>

As transferências ou transações entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

### 23. Eventos subsequentes

Não existem acontecimentos subsequentes a 30 de Junho de 2005 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

### 24. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de Setembro de 2005,

### 25. Primeira Aplicação dos “International Financial Reporting Standards”

#### Reconciliação do Capital Próprio à data da transição, bem como do resultado do exercício de 2004

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o IFRS 1 – “First Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, no Balanço em 1 de Janeiro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IFRS) em vigor pode ser detalhada como segue:

**Reconciliação do Balanço a 01 Janeiro de 2004**  
(valores expressos em euros)

	<b>POC</b>	<b>Efeitos da transição para IFRS</b>	<b>IFRS</b>
<b>Activo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	68.561.192	-3.237.423	65.323.769
Goodwill	9.948.058	-1.270.961	8.677.097
Activos Intangíveis	7.741.386	-1.727.656	6.013.730
Impostos diferidos activos	4.879.629		4.879.629
Activos financeiros disponíveis para venda	3.902.807		3.902.807
Outros activos não correntes	15.000		15.000
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b>95.048.072</b>	<b>-6.236.040</b>	<b>88.812.032</b>
<b>Correntes</b>			
Existências	2.570.039		2.570.039
Activos financeiros disponíveis para venda	-		0
Caixa e equivalentes de caixa	3.505.451		3.505.451
Outros activos correntes	13.012.013		13.012.013
<b>Total dos activos correntes</b>	<b>19.087.503</b>	<b>0</b>	<b>19.087.503</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>114.135.575</b>	<b>-6.236.040</b>	<b>107.899.535</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital	20.000.000		20.000.000
Acções próprias - Valor Nominal	-802.437		-802.437
Acções próprias - Descontos e prémios	-1.808.702		-1.808.702
Diferenças de Consolidação	134.100		134.100
Reservas	17.416.284	-4.128.799	13.287.485
Resultado Líquido do Exercício	6.071.962		6.071.962
<b>Subtotal</b>	<b>41.011.207</b>	<b>-4.128.799</b>	<b>36.882.408</b>
<b>Interesses minoritários</b>	<b>1.433.134</b>	<b>-342.806</b>	<b>1.090.328</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>42.444.341</b>	<b>-4.471.605</b>	<b>37.972.736</b>
Empréstimos	20.576.447		20.576.447
Impostos diferidos passivos	5.200.477	-1.365.397	3.835.080
Provisões para outros riscos e encargos	1.392.167	-399.038	993.129
Outros passivos não correntes	3.218.036		3.218.036
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>30.387.127</b>	<b>-1.764.435</b>	<b>28.622.692</b>
Empréstimos	7.670.022		7.670.022
Outros passivos correntes	33.634.085		33.634.085
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>41.304.107</b>	<b>0</b>	<b>41.304.107</b>
<b>Total do Passivo, Interesses minoritários e Capital Próprio</b>	<b>114.135.575</b>	<b>-6.236.040</b>	<b>107.899.535</b>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 01 de Janeiro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é o seguinte:

Imparidade de Goodwill	1.270.961
Imparidade de Activos Tangíveis/Intangíveis	3.549.594
Anulação de Intangíveis (TPE's)	1.415.486
Redução Impostos Diferidos passivos resultante da correcção Activos	1.365.397
Anulação de Provisões	399.038

Em de 30 de Junho de 2004, o efeito no Balanço da conversão para IFRS é detalhado como segue:

**Reconciliação do Balanço a 30 Junho de 2004**  
(valores expressos em euros)

	<b>POC</b>	<b>Efeitos da transição para IFRS</b>	<b>IFRS</b>
<b>Activo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	70.152.513	-3.299.315	66.853.198
Goodwill	9.466.697	-812.682	8.654.015
Activos Intangíveis	6.760.512	-1.109.734	5.650.778
Impostos diferidos activos	4.334.242		4.334.242
Activos financeiros disponíveis para venda	3.902.713		3.902.713
Outros activos não correntes	182.197		182.197
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b>94.798.874</b>	<b>-5.221.731</b>	<b>89.577.143</b>
<b>Correntes</b>			
Existências	2.531.007		2.531.007
Activos financeiros disponíveis para venda	-		0
Caixa e equivalentes de caixa	3.113.023		3.113.023
Outros activos correntes	12.348.384		12.348.384
<b>Total dos activos correntes</b>	<b>17.992.414</b>	<b>0</b>	<b>17.992.414</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>112.791.288</b>	<b>-5.221.731</b>	<b>107.569.557</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital	20.000.000		20.000.000
Acções próprias - Valor Nominal	-813.667		-813.667
Acções próprias - Descontos e prémios	-1.847.348		-1.847.348
Diferenças de Consolidação	134.100		134.100
Reservas	22.324.009	-4.041.917	18.282.092
Resultado Líquido do Exercício	2.362.916	753.921	3.116.837
<b>Subtotal</b>	<b>42.160.010</b>	<b>-3.287.996</b>	<b>38.872.014</b>
<b>Interesses minoritários</b>	<b>1.672.908</b>	<b>-324.934</b>	<b>1.347.974</b>
<b>Total do capital proprio</b>	<b>43.832.918</b>	<b>-3.612.930</b>	<b>40.219.988</b>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos	17.907.652		17.907.652
Impostos diferidos passivos	5.688.686	-1.209.763	4.478.923
Provisões para outros riscos e encargos	1.383.000	-399.038	983.962
Outros passivos não correntes	2.792.563		2.792.563
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>27.771.901</b>	<b>-1.608.801</b>	<b>26.163.100</b>
Empréstimos	8.757.396		8.757.396
Outros passivos correntes	32.429.073		32.429.073
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>41.186.469</b>	<b>0</b>	<b>41.186.469</b>
<b>Total do Passivo, Interesses minoritários e Capital Próprio</b>	<b>112.791.288</b>	<b>-5.221.731</b>	<b>107.569.557</b>

A 30 de Junho de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	<b><u>30/06/2004</u></b>
Imparidade de Goodwill	-812.681,82
Imparidade de Activos Tangíveis/Intangíveis	-3.351.692,05
Anulação de Intangíveis (TPE´s)	-990.325,18
Redução Impostos Diferidos passivos resultante da correcção Activos	1.209.761,59
Anulação de Provisões	399.038,00

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 31 de Dezembro de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

**Reconciliação do Balanço a 31 Dezembro de 2004  
(valores expressos em euros)**

	<b><u>POC</u></b>	<b><u>Efeitos da transição para IFRS</u></b>	<b><u>IFRS</u></b>
<b>Activo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	71.969.057	-3.280.873	68.688.184
Goodwill	11.962.968	-593.972	11.368.996
Activos Intangíveis	5.991.327	-892.271	5.099.056
Investimentos em participadas	266.988		266.988
Impostos diferidos activos	3.571.494		3.571.494
Activos financeiros disponíveis para venda	1.323.735		1.323.735
Outros activos não correntes	223.579		223.579
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b><u>95.309.148</u></b>	<b><u>-4.767.115</u></b>	<b><u>90.542.033</u></b>
<b>Correntes</b>			
Existências	2.657.738		2.657.738
Activos financeiros disponíveis para venda	-		-
Caixa e equivalentes de caixa	5.801.571		5.801.571
Outros activos correntes	11.853.517		11.853.517
<b>Total dos activos correntes</b>	<b><u>20.312.826</u></b>	<b><u>0</u></b>	<b><u>20.312.826</u></b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b><u>115.621.974</u></b>	<b><u>-4.767.115</u></b>	<b><u>110.854.859</u></b>

	<u>POC</u>	<u>Efeitos da transição para IFRS</u>	<u>IFRS</u>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital	20.000.000		20.000.000
Acções próprias - Valor Nominal	-1.374.714		-1.374.714
Acções próprias - Descontos e prémios	-3.879.615		-3.879.615
Diferenças de Consolidação	134.100		134.100
Reservas	22.303.470	-4.236.459	18.067.011
Resultado Líquido do Exercício	<u>7.506.861</u>	<u>827.184</u>	<u>8.334.045</u>
<b>Subtotal</b>	<b>44.690.102</b>	<b>-3.409.275</b>	<b>41.280.827</b>
<b>Interesses minoritários</b>	<b>1.801.511</b>	<b>-210.172</b>	<b>1.591.339</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b><u>46.491.613</u></b>	<b><u>-3.619.447</u></b>	<b><u>42.872.166</u></b>
Empréstimos	15.233.279		15.233.279
Impostos diferidos passivos	6.217.229	-1.147.668	5.069.561
Provisões para outros riscos e encargos	15.393	0	15.393
Outros passivos não correntes	3.593.379		3.593.379
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b><u>25.059.280</u></b>	<b><u>-1.147.668</u></b>	<b><u>23.911.612</u></b>
Empréstimos	10.715.587		10.715.587
Provisões para outros riscos e encargos	-		-
Outros passivos correntes	33.355.494		33.355.494
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b><u>44.071.081</u></b>	<b><u>0</u></b>	<b><u>44.071.081</u></b>
<b>Total do Passivo, Interesses minoritários e Capital Próprio</b>	<b><u>115.621.974</u></b>	<b><u>-4.767.115</u></b>	<b><u>110.854.859</u></b>

A 31 de Dezembro de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	<b><u>31/12/2004</u></b>
Imparidade de Goodwill	-593.972
Imparidade de Activos Tangíveis/Intangíveis	-3.378.068
Anulação de Intangíveis (TPE's)	-795.075
Redução Impostos Diferidos passivos resultante da correcção Activos	1.147.668
Anulação de Provisões	-

A natureza dos ajustamentos de conversão em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2004 é a mesma dos ajustamentos atrás descritos para a data de transição (1 de Janeiro de 2004).

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

**IBERSOL SGPS, SA**

**Reconciliação da Demonstração Resultados a 30 de Junho de 2004**  
(valores expressos em euros)

	<b>POC</b>	<b>Efeitos da transição para IFRS</b>	<b>IFRS</b>
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas e prestação de serviços	64.757.921	-2.966	64.754.955
Outros proveitos operacionais	<u>1.165.641</u>	<u>334.323</u>	<u>1.499.964</u>
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<u>65.923.562</u>	<u>331.357</u>	<u>66.254.919</u>
<b>Custos operacionais</b>			
Mercadorias e matérias consumidas	15.493.425	7.393	15.500.818
Fornecimentos e serviços externos	21.502.059	21.166	21.523.225
Custos com o pessoal	19.686.022	935	19.686.957
Amortizações	4.441.116	-619.033	3.822.083
Provisões	0	0	0
Outros custos operacionais	<u>251.990</u>	<u>93.893</u>	<u>345.883</u>
<b>Total dos custos operacionais</b>	<u>61.374.612</u>	<u>-495.647</u>	<u>60.878.965</u>
<b>Resultado Operacional</b>	4.548.950	827.004	5.375.954
<b>Resultados financeiros</b>	-527.296	-6.131	-533.427
<b>Resultados extraordinários</b>	-52.699	52.699	0
<b>Perdas relativas a empresas associadas</b>			
<b>Lucros antes de impostos</b>	3.968.955	873.572	4.842.527
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u>1.428.105</u>	<u>101.763</u>	<u>1.529.868</u>
<b>Resultado depois de impostos</b>	2.540.850	771.809	3.312.659
<b>Interesses minoritários</b>	177.934	17.887	195.821
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<u>2.362.916</u>	<u>753.922</u>	<u>3.116.838</u>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício em 30 de Junho de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de relato Financeiro é como segue:

**30 de Junho de 2004:**

Anulação da depreciação dos TPE's	235.974
Reconhecimento dos TPE's de 2004 como custo	-23.696
Anulação das amortizações do Goodwill	481.361
Anulação das amortizações dos activos tangíveis/intangíveis	215.279
Imparidade do Goodwill	-23.081
Imparidade dos activos tangíveis/intangíveis	8.661
Aumento dos impostos diferidos por variação das amortizações	-122.686
Anulação de provisões	-

*Soma dos Ajustamentos ao Resultado*

**771.811**

Adicionalmente, a reclassificação dos resultados extraordinários a Junho de 2004 teve um impacto de 67.492 euros no Resultado Operacional do grupo. Ao nível do Resultado Financeiro, o impacto foi de 6.131 euros. O imposto sobre o rendimento do exercício sofre um decréscimo de 20.923 euros.

#### IBERSOL SGPS, SA

##### Reconciliação da Demonstração Resultados a 31 Dezembro de 2004 (valores expressos em euros)

	<u>POC</u>	<u>Efeitos da transição para IFRS</u>	<u>IFRS</u>
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas e prestação de serviços	139,368,652	-2,539	139,366,113
Outros proveitos operacionais	<u>2,842,248</u>	<u>843,912</u>	<u>3,686,160</u>
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<u>142,210,900</u>	<u>841,372,42</u>	<u>143,052,272</u>
<b>Custos operacionais</b>			
Mercadorias e matérias consumidas	32,774,334	4,214	32,778,548
Fornecimentos e serviços externos	45,034,146	86,776	45,120,922
Custos com o pessoal	41,284,790	1,085	41,285,875
Amortizações	8,862,665	-1,203,083	7,659,582
Provisões	46,556	1,305,099	1,351,655
Outros custos operacionais	<u>373,304</u>	<u>343,559</u>	<u>716,863</u>
<b>Total dos custos operacionais</b>	<u>128,375,795</u>	<u>537,649,71</u>	<u>128,913,445</u>
<b>Resultado Operacional</b>	13,835,105	303,723	14,138,828
<b>Resultados financeiros</b>	-1,099,037	4,330	-1,094,707
<b>Resultados extraordinários</b>	-737,714	737,714	0
<b>Perdas relativas a empresas associadas</b>			
<b>Lucros antes de impostos</b>	11,998,354	1,045,767	13,044,121
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u>3,985,574</u>	<u>193,591</u>	<u>4,179,165</u>
<b>Resultado depois de impostos</b>	8,012,780	852,176	8,864,956
<b>Interesses minoritários</b>	505,919	24,992	530,911
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<u>7,506,861</u>	<u>827,184</u>	<u>8,334,045</u>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de relato Financeiro é como segue:

**31 de Dezembro de 2004:**

Anulação da depreciação dos TPE's	436.629
Reconhecimento dos TPE's de 2004 como custo	-45.233
Anulação das amortizações do Goodwill	1.021.813
Anulação das amortizações dos activos tangíveis/intangíveis	387.810
Imparidade do Goodwill	-344.824
Imparidade dos activos tangíveis/intangíveis	12.748
Aumento dos impostos diferidos por variação das amortizações	-217.729
Anulação de provisões	-399.038
<i>Soma dos Ajustamentos</i>	<b><u>852.176</u></b>

Adicionalmente, a reclassificação dos resultados extraordinários a Dezembro de 2004 teve um impacto negativo de 303.723 euros no Resultado Operacional do grupo. Ao nível do Resultado Financeiro, o impacto foi positivo em 4.330 euros e o imposto sobre o rendimento diminuiu em 24.138 euros.

Ao nível das demonstrações dos Fluxos de Caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos e entre custos e proveitos extraordinários, os quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para resultados operacionais.

## Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

### Introdução

1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, da **Ibersol, S.G.P.S., S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 114.286.132 euros e um total de capital próprio de 44.683.189 euros, incluindo um resultado líquido de 3.235.100 euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do período findo naquela data e nas correspondentes Notas.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Ibersol, S.G.P.S., S.A.

## **Âmbito**

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

## **Parecer**

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as normas internacionais de relato financeiro e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 26 de Setembro de 2005

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.  
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077  
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.